

Liberação gradual

Evolução da política oficial de câmbio do País

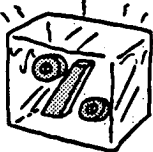


1968 — A partir desse ano o Brasil passa a recorrer a minidesvalorizações do cruzeiro para incentivar exportações.

1979 — O crescimento do déficit da balança comercial e da dívida externa levam à maxi-desvalorização de 30%. A taxa de inflação do ano, de 100%, é o dobro da registrada nos 12 meses anteriores.

1981/82 — Desvalorização real de 10% ao ano é meta do governo.

1983 — Sem conseguir atingir a desvalorização pretendida nos dois anos anteriores, o governo recorre a uma maxi-desvalorização de 30%. Resultado: a inflação anual salta para 200%.



1985 — O ministro da Fazenda Francisco Dornelles adota um programa de minidesvalorizações diárias prefixadas mensalmente. O Plano Cruzado do ministro Funaro congela a taxa de câmbio.

1987 — Com Luiz Carlos Bresser Pereira no comando da economia, o câmbio é desvalorizado em 7,5%.

1989 — Juntamente com o Plano Verão, o governo anuncia a criação do câmbio flutuante (dólar turismo) para servir aos turistas. O limite para a compra era de US\$ 4 mil mediante a apresentação de passaporte e da passagem.

1990 — O câmbio flutuante assimila outras transações. Atualmente ele serve para remessas individuais ao Exterior e outras operações menores. O câmbio comercial substitui o oficial, isto é, as valorizações diárias do dólar pelo governo.



1991 — A comprovação imediata da viagem deixa de ser necessária para a compra do dólar turismo. Em setembro, o cruzeiro passa por uma mididesvalorização de 15%. Em novembro é determinada outra desvalorização, de 30,29%.

1993 — Acaba o limite para remessa de dólar turismo aos países do Mercosul

Fonte: Clarice Pechman, diretora executiva da Associação Nacional das Empresas Credenciadas em Câmbio.

